



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
OITAVA CÂMARA

Processo nº.: 13805.001185/92-57
Recurso nº.: 126.882
Matéria: : FINSOCIAL/FATURAMENTO - Ex.: 1989
Recorrente: : AKZO NOBEL COATINGS LTDA. (Sucessora de SUPERTINTAS LITOVERTI S/A.)
Recorrida: : DRJ - SÃO PAULO/SP
Sessão de: : 08 de novembro de 2001
Acórdão nº.: 108-06.754

FINSOCIAL – DECORRÊNCIA - Aos processos decorrentes aplica-se o decidido quanto ao denominado matriz do IRPJ, sempre que não se encontre qualquer nova questão de fato ou de direito.

MULTA – SUCESSÃO POR INCORPORAÇÃO – É devida a multa de ofício ainda que se tenha a responsabilidade por sucessão mediante incorporação anterior ao auto de infração.

Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por AKZO NOBEL COATINGS LTDA. (Sucessora de SUPERTINTAS LITOVERTI S/A.)

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento PARCIAL ao recurso, para ajustar a exigência ao decidido no processo principal, através do acórdão nº 108-06.752, de 08 de novembro de 2001, excluindo-se ainda da incidência da contribuição a parcela referente ao item “despesas com comissões”, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR
RELATOR

Processo nº. : 13805.001185/92-57
Acórdão nº. : 108-06.754

FORMALIZADO EM: 14 DEZ 2001

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON LÓSSO FILHO, IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, TÂNIA KOETZ MOREIRA, JOSÉ HENRIQUE LONGO, MARCIA MARIA LORIA MEIRA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.

Gal

Processo nº.: 13805.001185/92-57
Acórdão nº.: 108-06.754

Recurso nº.: 126.882
Recorrente: AKZO NOBEL COATINGS LTDA. (Sucessora de SUPERTINTAS LITOVERTI S/A.)

RELATÓRIO

Lançamento decorrente, este agora para exigência do Finsocial.

As peças de defesa são tempestivas, tendo sido instruído o recurso com o recurso voluntário correspondente a 30% da exigência.

Nenhuma nova questão de direito é posta especificamente para este processo, bastando transcrever-se o relatório do matriz:

'A recorrente em epígrafe recorre a este Colegiado da decisão do douto Delegado de Julgamento da Receita Federal em São Paulo, fls. 502, que manteve parcialmente a ação fiscal finalizada pelo auto de infração de fls. 166, com lançamento referente ao IRPJ para o período-base de 1988.

São as seguintes as infrações ainda em litígio:

1- passivo fictício, tendo em vista a falta de comprovação das obrigações escrituradas em "contas a pagar" e "fornecedores", no montante de Cz\$55.876.096,79;

2- falta de adição da correção monetária *pro rata* referente a contrato de mútuo com a controladora, com valores entregues a esta em 19.12.88, de acordo com o disposto no artigo 21 do Decreto-Lei 2065/83, reproduzido no artigo 254, I do RIR/80;

M. G.

Processo nº. : 13805.001185/92-57
Acórdão nº. : 108-06.754

3- postergação de receita, pela falta de reconhecimento de parcelas do saldo inicial de rubrica representativa de adiantamentos por conta de futuro faturamento, pois não levado a resultado no período-base de 1988;

4- glosa de despesas referentes a "contribuições, donativos e presentes";

5- falta de comprovação dos valores provisionados em "outras contas a pagar", a título de comissões para a empresa Revelite;

6- glosa de despesas com "amostra e fornecimento gratuito", parte pela falta de comprovação documental, e parte por não caracterizar amostra em conformidade com a legislação aplicável;

7- ajustes no inventário; tributação de parcelas referentes a diferenças entre o registro de inventário e o controle extracontábil (kardex), refletindo perdas indedutíveis.

A autoridade monocrática julgadora assim ementou o seu *decisum* no que pertinente:

"PASSIVO FICTÍCIO – A falta de comprovação, mediante a apresentação de documentos hábeis e idôneos, do saldo da conta fornecedores, configura passivo fictício e enseja a presunção de omissão de receita.

CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTRATOS DE MÚTUOS ENTRE PESSOAS JURÍDICAS INTERLIGADAS – O reconhecimento da receita de correção monetária decorrente de contratos de mútuos firmados entre pessoas jurídicas coligadas, interligadas, controladora e controladas, deve ser feito com base na variação diária do valor da OTN.

Uf

Gd

Processo nº. : 13805.001185/92-57
Acórdão nº. : 108-06.754

DESPESAS OPERACIONAIS – BRINDES – Exonera-se parcialmente a exigência formulada em virtude da falta de apresentação de documentos comprobatórios de despesas com brindes, tendo em vista a comprovação da adição, na parte A do LALUR, de parte do valor total escriturado na conta “contribuições, donativos e presentes”.

AMOSTRAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – Para ser considerado como operação não tributável, é necessário que o fornecimento de amostras seja efetuado e pequenas quantidades, de forma a não caracterizar operações de venda.

Inconformada, apresentou a empresa AKSO NOBEL COATINGS LTDA., sucessora por incorporação, o pertinente recurso voluntário de fls. 525, cujas razões de apelo passo a resumir:

1- para refutar a acusação de omissão de receita por passivo fictício, inicia por alegar que demonstrou a quase totalidade da rubrica contábil, alcançando o percentual de 97,84% da mesma;

2- mais ainda, condenou a afirmação do duto julgador singular de que sem as devidas autenticações as cópias das notas fiscais apresentadas não lhe aproveitariam, para declarar que, no caso de presunção, o fisco só pode desprezar a prova produzida quando tiver elemento seguro que a invalide, refutando-a no prazo de 10 dias estabelecido em lei adjetiva;

3- no tocante à exigência de correção monetária sobre valores mutuados com empresa ligada, discorre seu entendimento de que não houve variação da OTN no período em foco, dezembro de 1988, sendo que o Parecer Normativo CST 10/95 extrapola de seu poder explicitador e interpretativo, exigindo correção diária, com base na OTN diária, sem que isso tenha qualquer respaldo legal;

4- nesse mesmo item, pede, *ad argumentandum tantum*, que seja descontada a correção lançada em período-base posterior;

W *Gal*

Processo nº. : 13805.001185/92-57
Acórdão nº. : 108-06.754

5- com relação à postergação, inicia indicando que somente com a decisão monocrática evitou-se a duplicitade de enquadramento dos valores tidos como postergados, o que levaria à necessária restituição do prazo para impugnação;

6- não obstante, argumentou não ter o lançamento obedecido ao disposto no Decreto-Lei 1.598/77, pois deixou de deduzir o tributo já recolhido;

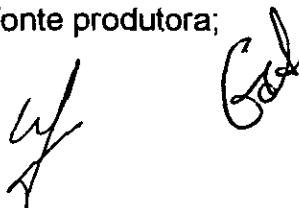
7- além disso, afirma que exigir a comprovação de que tais adiantamentos não correspondiam a recebimentos antecipados seria o mesmo que "admitir-se o absurdo do contribuinte ter que provar que tinha contabilizado numa conta algo que não deveria ter sido contabilizado naquela conta";

8- para as glosas de despesas com brindes, afirma que o total gasto preenche os requisitos do Parecer Normativo CST 15/76, bem como o prescrito no artigo 191 do RIR/80;

9- para as comissões, afirma que houve erro na descrição dos fatos, o que importa na nulidade da autuação, bem como que comprovou com cheques os pagamentos realizados;

10- já para a glosa dos lançamentos a título de "amostras e fornecimento gratuito", argumenta que os dispêndios enquadram-se nos ditames do artigo 247 do RIR/80, pois contabilizados pelo preço do custo real e documentados, além de não ultrapassem ao limite de 5% da receita líquida obtida na venda dos produtos;

11 – mais ainda, afirma que se trata de "amostras para testes", tributadas pelo IPI, necessárias à manutenção da fonte produtora;

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature, on the left, appears to be 'W' or 'WY'. The second signature, on the right, appears to be 'G' or 'Gd'.

Processo nº. : 13805.001185/92-57

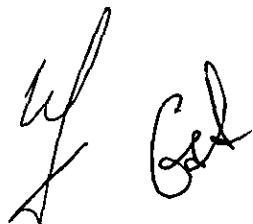
Acórdão nº. : 108-06.754

12 – conclui, outrossim, que o critério adotado pela fiscalização só se aplica para a legislação do IPI;

13- para o lançamento referente aos ajustes de inventário, afirma que o montante refere-se a diferenças constatadas quando da contagem física do estoque, e que não lhe cabe a apresentação de mapas extracontábeis e demais documentos de controle para corroborar o valor escriturado;

14- por fim, alegando ter sido o auto lançado após processo de incorporação, pede, caso não obtenha sucesso em quaisquer das matérias, que se afaste a multa de ofício, citando julgados à seu favor.'

É o Relatório.

A handwritten signature consisting of two stylized letters, possibly 'W' and 'G', written in black ink.

Processo nº. : 13805.001185/92-57
Acórdão nº. : 108-06.754

V O T O

Conselheiro MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, Relator

O recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, merecendo ser conhecido.

No presente caso, entretanto, a matéria referente a glosa de comissões provisionadas não nos parece ensejar automática decorrência, pois indica uma saída de recursos, mas não, automaticamente, um faturamento à margem.

No restante, inexistente qualquer nova questão de direito, sendo de ser mantida a decisão acordada pela Câmara no processo matriz, através do Acórdão 108-06-752, inclusive quanto à multa de ofício.

Isto posto, voto por dar provimento parcial ao recurso, para afastar da base da exigência a parcela referente a comissões, para, no restante, adequar a exigência deste ao decidido no Acórdão 108-06.752.

É o meu voto.

Sala das Sessões - DF, em 08 de novembro de 2001.

MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR